



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638994 - SP (2021/0004045-3)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : MARIO ANDRE VIEIRA LOPES
ADVOGADO : MARIO ANDRÉ VIEIRA LOPES - SP449689
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : M V DA S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de M. V. DA S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 1505476-13.2018.8.26.0228).

O paciente "foi condenado, por incurso no artigo 217-A, c.c. o artigo 218-A, na forma do artigo 71, todos do Código Penal, ao cumprimento de 19 (dezenove) anos, 5 (cinco) meses e 10 (dez) dias de reclusão, em regime fechado" (fl. 28).

O impetrante sustenta que constrangimento ilegal, visto que o cálculo da pena levou em consideração circunstância inexistente, qual seja, suposta autoridade sobre a vítima, sendo que "o acusado apenas convivia maritalmente com a tia da genitora da vítima" (fl. 5).

Nesse contexto, aduz a inaplicabilidade do previsto no art. 226, inciso II, do CP, pois era "apenas companheiro da tia-avó da vítima" (fl. 9), o que conduziria ao redimensionamento da "pena, extraíndo o aumento de 1/2 adicionado na terceira fase da dosimetria, decorrente da agravante indevidamente aplicada" (fl. 10).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para readequação da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, mormente diante da ausência de plausibilidade de análise da incidência do disposto no art. 226, inciso II, do CP em *habeas corpus*, mais ainda em

liminar do plantão judiciário.

A propósito:

- A elevação da reprimenda, na terceira etapa dosimétrica, encontra-se concretamente justificada, no reconhecimento da causa de aumento do art. 226, inciso II, do Código Penal: A pena é aumentada de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela.
- Após cognição exauriente, a instância *a quo*, soberana em matéria de fatos e provas, firmou o juízo de que o ora agravante teria ascendência sobre a vítima e livre acesso a ela, além de gozar da amizade da família, por servir como uma espécie de avô (ex-companheiro da avó biológica), estando caracterizado o parentesco socioafetivo. A reforma do quadro delimitado na origem demandaria amplo reexame fático-probatório, a que não se presta a via do *habeas corpus*. (AgRg no HC n. 471.401/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 10/5/2019.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente